



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.721

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados, retirados de tramitação

Autoria: Soter Magno Carmo

Data: 30/07/2024

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 120/2024. Denomina a “Rotatória Sinval Soares dos Reis”, localizada no bairro Esplanada.

Controle Interno – Caixa: 26.12 **Posição:** 42 **Número de folhas:** 06



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 120/2024

AUTOR:

Ver. Soter Magno Carmo

ASSUNTO:

Denomina Rotatória Sinval Soares dos Reis no Bairro

Esplanada.

MOVIMENTO

- 1 **Entrada dia - 30/07/2024**
- 2 **Comissão Legislação e Justiça**
- 3 **Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos**
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

31-07



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
GABINETE VEREADOR SOTER MAGNO CARMO



PROJETO DE LEI Nº 120/2024

Denomina Rotatória Sinval Soares dos Reis

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O Logradouro Público, sem nome oficial, localizado entre as Avenidas Deputado Esteves Rodrigues e Dulce Sarmiento, no Bairro Esplanada, neste Município, passa a denominar-se oficialmente de **Rotatória Sinval Soares dos Reis**.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 29 de julho de 2024.


Soter Magno Carmo
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
29/07/2024	
HORAS: 16h10	
ASS: KSBaldina	

**SOTER
MAGNO**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação e
Justiça
EM 30 DE julho DE 2024
[assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Renominação de
Vias e Logradouros Públicos
EM 30 DE julho DE 2024
[assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
GABINETE VEREADOR SOTER MAGNO CARMO


TERMO DE RESPONSABILIDADE

- Via ou Logradouro Público sem moradores-

Declaro, nos termos do art. 159, 4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, alterado pela Resolução nº 55 de 17 de agosto de 2006, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei que denomina Logradouro Público, Rotatória Sinval Sores dos Reis, entre as Avenidas Deputado Esteves Rodrigues e Dulce Sarmento, no Bairro Esplanada, no Município de Montes Claros.

Declaro ainda, que nesta localidade não existem moradores, não podendo, portanto, apresentar o abaixo-assinado.

Montes Claros, 29 de julho de 2024


Soter Magno Carmo
Vereador

SOTER
MAGNO



PREFEITURA DE MONTES CLAROS
Secretaria de Finanças
Gerência de Cadastro Imobiliário

Montes Claros (MG), 22 de julho de 2024.

Excelentíssimo Sr.

SOTER MAGNO

M.D. Vereador de Montes Claros

Ofício: 101/2024/GCTI

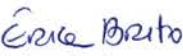
Assunto: Responde consulta, Ofício nº 111/2024

Excelentíssimo Vereador,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste informar a Vossa Senhoria que não encontramos no banco de dados para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), denominação oficial para a **Rotatória conhecida popularmente como trevo da SION**, localizada entre as Avenidas Deputado Esteves Rodrigues e Dulce Sarmiento, no Bairro Esplanada e nenhum logradouro público com a denominação oficial de **Sinval Soares dos Reis**.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente.


Erica Brito
Gerente de Cadastro



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 120/2024 QUE “Denomina Rotatória Sinval Soares dos Reis no bairro Esplanada”, de autoria do Vereador Soter Magno Carmo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento tem como objetivo denominar Rotatória Sinval Soares dos Reis.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, sendo certo que foi juntada a documentação prevista no art. 159 e parágrafos do Regimento Interno.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de julho de 2024.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605

